



**RELATÓRIO DO GRUPO REGIONAL DA MULHER PARLAMENTAR (RWPC)
DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC À 54^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

**TEMA: *AMPLIFICAR AS VOZES DOS CIDADÃOS NA INTEGRAÇÃO NA
ÁFRICA AUSTRAL: COLMATANDO A LACUNA DE ENVOLVIMENTO,
LEVANDO O PARLAMENTO AO POVO***

Sr. Presidente, peço que esta Assembleia Plenária adote o Relatório do Grupo Regional da Mulher Parlamentar (RWPC) à 54.^a Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, apresentado a 22 de Novembro de 2023.

ÍNDICE

1.0	COMPOSIÇÃO DO RWPC	3
2.0	JUSTIFICAÇÕES	3
3.0	TERMOS DE REFERÊNCIA	3
4.0	REUNIÕES REALIZADAS	4
5.0	ANTECEDENTES DA REUNIÃO	4
6.0	ACTUALIZAÇÃO SECTORIAL PELO SECRETARIADO DA SADC	5
7.0	RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS	5
7.1	Abordar os Desafios dos Direitos Humanos das Mulheres no Comércio Transfronteiriço Informal, apresentado pela Amnistia Internacional Escritório Regional Leste e Sul	6
7.2	Abordar os desafios enfrentados pelas mulheres rurais no acesso à tecnologia digital e o fosso digital entre os géneros, por Elly Justine, Tanzânia	7
7.3	Combater a Discriminação e o Estigma entre mulheres, raparigas adolescentes grávidas, jovens e mães solteiras por Venia Vimbai Awali Bakali - Fundadora e Directora da Organização Single Mother Empowerment, Maláui	7
7.4	Declaração sobre o Desemprego dos Jovens, Estereótipos de Género e Assédio Sexual das Mulheres no Local de Trabalho pela Sra. Antsaniavo RAMELINIAINA - Deputada da Juventude da SADC	8
7.5	Medidas para a Realização dos Direitos dos Jovens, especialmente das Raparigas Adolescentes, por Faith Thipe, UNITED.	9
7.6	Abordagem da VBG entre mulheres epiléticas por Tisungane Sitima, activista de género.	10
7.7	Desafios únicos (específicos) enfrentados pelas mulheres rurais e como podem ser colmatadas as lacunas digitais entre os géneros, apresentado por Edith Utete do Zimbábue, Co-Fundadora da Digital Wellness Africa 11	
7.8	Questões Sociais de Género: Equidade educativa, parental e laboral por Luyana Canza Fernando, uma ativista de género de Angola	11
7.9	Que estratégias podem ser implementadas para aumentar a participação e representação das mulheres nos processos políticos, incluindo sistemas eleitorais e quotas?	12
7.10	Como pode o Parlamento contribuir para a promoção de agendas educativas inteligentes, por Memory Tapela Banda	12
8.0	OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	13
9.0	CONCLUSÃO	14
10.0	ANEXOS	16

1.0 COMPOSIÇÃO DO RWPC

Na data da reunião, dia 11 de Outubro de 2023, os membros do RWPC foram os seguintes:

1.	Sua Exc. Regina Esparon, Presidente	Seicheles
2.	Sua Exc. Emiline Rakotobe Ramaroso, Vice-presidente	Madagascar
3.	Sua Exc. Ruth Mendes	Angola
4.	Sua Exc. Teresa José Adeline Neto	Angola
5.	Sua Exc. Luisa P. F. Damiao Santos	Angola
6.	Sua Exc. Talita Monnakgotla	Botswana
7.	Sua Exc. Anne-Marie Mbilambangu	RDC
8.	Sua Exc. Nadine Mangabu Luabeya	RDC
9.	Sua Exc. Marie Jeanne d'Arc MASY GOULAMALY	Madagascar
10.	Sua Exc. Rachel Zulu	Malawi
11.	Sua Exc. Roseby Gama Gadama	Malawi
12.	Sua Exc. Marie Genevieve Stephanie Anquetil	Maurícias
13.	Sua Exc. Marie Joanne Sabrina Tour	Maurícias
14.	Sua Exc. Jerónima Agostinho,	Moçambique
15.	Sua Exc. Maria Marta Fernando,	Moçambique
16.	Sua Exc. Utaara Mootu	Namíbia
17.	Sua Exc. Agnes Kafula	Namíbia
18.	Sua Exc. Paula Kooper	Namíbia
19.	Sua Exc. Rosie Bistoquet	Seychelles
20.	Sua Exc. Nkhensani Kate Bilankulu	África do Sul
21.	Sua Exce. Ntombovuyo Veronica Mente-Nkuna	África do Sul
22.	Sua Exc. Shally Joseph Raymond	Tanzânia
23.	Sua Exc. Hawa Subira Mwaifunga	Tanzânia
24.	Sua Exc. Julien Nyemba	Zâmbia
25.	Sua Exc. Mutinta Mazoka	Zâmbia
26.	Sua Exc. Princess Kasune	Zâmbia

2.0 JUSTIFICAÇÕES

Os Parlamentos do Eswatini e do Zimbábue ainda não tinham designado membros para o Fórum Parlamentar da SADC.

3.0 TERMOS DE REFERÊNCIA

As funções do RWPC estão claramente definidas no n.º 5 do artigo 16.º da Constituição e no n.º 6 do artigo 19.º do Regimento do Fórum Parlamentar da SADC, que são, respectivamente, as seguintes

- a) Lóbi e defesa da representação igualitária e equitativa das mulheres em cargos políticos e decisórios nos Estados Membros da SADC, em conformidade com o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e outros instrumentos continentais e internacionais semelhantes;
- b) criação de uma plataforma para que as mulheres Parlamentares se mobilizem na agenda das mulheres para a igualdade, equidade e representação efectiva das mulheres no Parlamento e nos partidos políticos;

- c) desenvolvimento das capacidades das mulheres parlamentares para uma participação e desempenho efectivos; e
- d) criando vias para a partilha de conhecimentos por mulheres parlamentares a nível Regional.

4.0 REUNIÕES REALIZADAS

O RWPC realizou a sua reunião virtualmente no dia 11 de Outubro de 2023, cujo a principal Agenda foi a realização da Audiência Pública sobre várias questões de actualidade no âmbito do seu mandato. A Sessão de Audiência Pública foi realizada sob o tema: *"Amplificar as Vozes dos Cidadãos na Integração Regional na África Austral: Colmatando a lacuna de envolvimento, levando o Parlamento ao povo"*.

5.0 ANTECEDENTES DA REUNIÃO

O Fórum Parlamentar da SADC adoptou uma política destinada a promover o envolvimento contínuo entre os deputados e os cidadãos da região da SADC em questões críticas de interesse mútuo. O Fórum toma conhecimento do facto de que a democracia assume múltiplas formas, sendo a democracia parlamentar o seu núcleo. A realização de Audiências Públicas pelas sua Comissão Permanente foi identificada como uma plataforma para permitir que os cidadãos e as organizações da sociedade civil se envolvam directamente com os seus representantes eleitos e levantem preocupações sobre vários tópicos de interesse. De facto, tornou-se uma decisão política do FP da SADC que uma das duas sessões anuais das Comissões Estatutárias seja uma Sessão de Audiência Pública para dar aos cidadãos uma plataforma para exprimirem regularmente as suas opiniões sobre questões regionais de interesse e preocupação. Como tal, o Fórum Parlamentar da SADC realizou a sua Sessão de Audiência Pública inaugural em Novembro de 2022 sob o tema: *"Consolidar a Democracia Levando o Parlamento ao Povo"*, que se revelou um sucesso.

Com base nos sucessos da Sessão de Audiência Pública inaugural, o FP da SADC organizou novamente a segunda Sessão de Audiência Pública para as suas Comissões Permanentes, incluindo o RWPC, que foi realizada virtualmente de 11 a 18 de Outubro de 2023 sob o tema: *Amplificar as Vozes dos Cidadãos na Integração Regional na África Austral: Colmatando a Lacuna de Envolvimento ao Levar o Parlamento ao Povo*.

Neste contexto, o RWPC conduziu a sua Sessão de Audiência Pública no dia 11 de Outubro de 2023 com foco em sete Áreas Temáticas (Questões) chave, nomeadamente:

1. Como podem as instituições parlamentares melhorar as suas estruturas e políticas para se tornarem mais sensíveis ao género e inclusivas, assegurando que as vozes e perspectivas das mulheres sejam efectivamente integradas nos processos legislativos e na tomada de decisões?

2. Como podem as políticas e iniciativas regionais ser aproveitadas para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres na educação, na participação económica e na representação política?
3. Que desafios e oportunidades existem para melhorar o acesso das mulheres a cuidados de saúde de qualidade, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva na região?
4. Que estratégias podem ser aplicadas para aumentar a participação e a representação das mulheres nos processos de decisão política, incluindo sistemas eleitorais e quotas?
5. Como ultrapassar os obstáculos à educação e ao desenvolvimento de competências das raparigas e das mulheres para garantir a igualdade de acesso às oportunidades educativas?
6. Que desafios específicos enfrentam as mulheres rurais e como podem ser colmatadas as lacunas digitais entre os géneros?
7. Como pode a região reconhecer e abordar melhor as formas intersectoriais de discriminação e desigualdade que afectam as mulheres?

6.0 ACTUALIZAÇÃO SECTORIAL PELO SECRETARIADO DA SADC

Antes de receber as submissões, o RWPC recebeu uma apresentação sobre a actualização sectorial dos funcionários do Secretariado da SADC feita pela Sra. Kealeboga Dambuza, Responsável Interina de Questões Atinentes ao Género, Secretariado da SADC e pela Sra. Antoinette Manana - Oficial de Integração do Género da SADC. Entre outras questões, os funcionários destacaram as iniciativas que estão a ser tomadas pela SADC para implementar vários instrumentos regionais para facilitar a realização da igualdade de género e o empoderamento das mulheres na região, entre outros, são:

- i. Género e Desenvolvimento da SADC de 2008, que foi revisto em 2016 para o alinhar com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2063 de África;
- ii. Política de Género da SADC de 2008, que fornece um quadro que orienta os Estados-Membros sobre a forma de alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres;
- iii. Estratégia para combater a Violência Baseada no Género (VBG) de 2008;
- iv. Estratégia sobre o empoderamento económico das mulheres da SADC;
- e
- v. Estratégia sobre a Paz e a Segurança das Mulheres da SADC, de 2008.

Os funcionários indicaram ainda que a SADC está em processo de actualização do Quadro de Paridade de Género, que tem como foco a participação das mulheres na política e nos cargos de tomada de decisão. Além disso, foi indicado que a SADC está a transpor no seu regimento interno a Resolução da ONU n.º 60/02 como um instrumento para abordar todas as formas de VBG contra as mulheres e raparigas jovens, incluindo questões de VIH e SIDA.

7.0 RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

O RWPC recebeu um total de dezasseis (16) contribuições que se encontram enumeradas no **1º Anexo** do Relatório. Um resumo das contribuições é destacado abaixo, como se segue:

7.1 Abordar os Desafios dos Direitos Humanos das Mulheres no Comércio Transfronteiriço Informal, apresentado pela Amnistia Internacional Escritório Regional Leste e Sul

Esta proposta reconhece que o comércio transfronteiriço é uma pedra angular da actividade económica, contribuindo significativamente para a subsistência de inúmeras mulheres na nossa região. No entanto, a investigação sobre os comerciantes transfronteiriços informais no Maláui, na Zâmbia e no Zimbábue revelou que estas mulheres empreendedoras navegam numa paisagem repleta de obstáculos, que vão desde as árduas condições de trabalho que resultam em resultados negativos para a saúde, até à ausência de protecção laboral, segurança social e representação nos processos de tomada de decisões.

Além disso, a proposta afirma que, apesar de quase 70% de todo o comércio transfronteiriço informal em África ser conduzido por mulheres, os direitos humanos dos comerciantes têm merecido pouco discurso e quase nenhuma acção autorizada. Reconhecendo a miríade de desafios enfrentados pelas mulheres envolvidas no comércio transfronteiriço informal e o impacto destes nos seus direitos humanos, é evidente que uma abordagem abrangente e multifacetada é essencial para tratar eficazmente as suas circunstâncias únicas.

A este respeito, o documento apresenta, entre outras, as seguintes recomendações para fazer face aos desafios enfrentados pelas mulheres comerciantes transfronteiriças:

- i. Necessidade de criar estruturas de saúde, água e saneamento acessíveis nas principais zonas fronteiriças para satisfazer as necessidades específicas de cuidados de saúde das mulheres envolvidas no comércio transfronteiriço informal, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva;
- ii. Necessidade de lançar clínicas de saúde móveis capazes de chegar a locais de comércio remotos para fornecer serviços de saúde abrangentes e educação sobre questões relacionadas com a saúde menstrual e reprodutiva e a violência baseada no género;
- iii. Necessidade de desenvolver programas especializados de desenvolvimento de competências e de formação profissional adaptados às necessidades das mulheres envolvidas no comércio transfronteiriço informal, centrados nas competências relacionadas com o comércio, na literacia financeira e na gestão empresarial;
- iv. Necessidade de colmatar a lacuna digital entre homens e mulheres, oferecendo formação em literacia digital, promovendo o acesso a recursos *online* e apoiando plataformas de comércio electrónico para as mulheres comerciantes; e
- v. Necessidade de promover a participação e a representação das mulheres em organizações que defendam os interesses dos comerciantes transfronteiriços informais e de criar plataformas que

dêem prioridade às vozes das mulheres, proporcionem formação em liderança e oportunidades de orientação.

7.2 Abordar os desafios enfrentados pelas mulheres rurais no acesso à tecnologia digital e o fosso digital entre os géneros, por Elly Justine, Tanzânia

A apresentação enfatiza o facto de as mulheres rurais enfrentarem vários desafios singulares que afectam o seu acesso às tecnologias digitais e o fosso digital entre géneros, entre os quais:

- i. acesso limitado às tecnologias devido a infra-estruturas de comunicação deficientes, fornecimento de energia instável, conectividade limitada à Internet, estradas deficientes e menor acesso a tecnologias digitais, como *smartphones* e computadores. Este facto limita a capacidade das mulheres rurais de acederem às tecnologias digitais para fins de educação, cuidados de saúde e outros serviços;
- ii. maior nível de analfabetismo entre as mulheres rurais que impede ler e escrever e utilizar eficazmente as tecnologias digitais;
- iii. Baixo nível de rendimentos e dependência económica das suas famílias ou parceiros, o que dificulta a aquisição de tecnologias digitais, que são muitas vezes demasiado caras para poderem pagar;
- iv. As normas culturais e sociais limitam a capacidade de acesso das mulheres rurais às tecnologias digitais. Por exemplo, nalgumas culturas, espera-se que as mulheres fiquem em casa e cuidem das suas famílias, o que limita o seu acesso às tecnologias digitais.

A apresentação recomenda, por conseguinte, as seguintes estratégias para colmatar o fosso digital entre os géneros:

- i. Devem ser envidados esforços para promover a literacia tecnológica entre as mulheres rurais. Isto pode ser feito através de programas de educação comunitária, formação a preços acessíveis e campanhas de sensibilização;
- ii. Necessidade de melhorar as infra-estruturas de comunicação nas zonas rurais, incluindo a ligação à Internet, o fornecimento de energia e as estradas, a fim de facilitar o acesso das mulheres rurais às tecnologias digitais;
- iii. Necessidade de reduzir o custo das tecnologias digitais para as tornar mais económicas e acessíveis às mulheres rurais, por exemplo, através da introdução de subsídios governamentais, doações e colaborações com o sector privado; e
- iv. Necessidade de eliminar as crenças socioculturais retrógradas que limitam a capacidade de acesso das mulheres rurais às tecnologias digitais. Isto pode ser conseguido através de acções de defesa, campanhas de sensibilização e reformas legais.

7.3 Combater a Discriminação e o Estigma entre mulheres, raparigas adolescentes grávidas, jovens e mães solteiras por Venia Vimbai Awali Bakali - Fundadora e Directora da Organização Single Mother Empowerment, Maláui

A apresentação de Venia tem como principal objectivo partilhar a situação do Maláui, que é um dos países africanos com as taxas mais elevadas de famílias solteiras, especialmente de mulheres, com uma taxa de 61% antes dos 45 anos, 42% das raparigas casadas antes dos 18 anos e 9% casadas antes dos 15 anos. Na sua maioria, estes casamentos tendem a não ser bem-sucedidos, uma vez que a maior parte dos casamentos jovens se deve a uma profunda tradição cultural e religiosa, bem como à pobreza.

Apesar das numerosas intervenções destinadas a promover a igualdade entre homens e mulheres, as mulheres, as adolescentes grávidas, as jovens mães e as mães solteiras, especialmente nas zonas rurais, são fortemente discriminadas e deixadas de fora da tomada de decisões.

Os principais factores que conduzem à maternidade solteira são os seguintes

- i. o facto de serem criadas em lares desfeitos;
- ii. falta de conhecimentos sobre a prevenção de gravidezes precoces e indesejáveis (SDSR)
- iii. a falta de apoio financeiro para avançar na sua educação e/ou apoiar os meios de subsistência em geral; e
- iv. experiências infelizes, como abuso sexual sob a forma de violação.

A este respeito, a apresentadora fez as seguintes recomendações para consideração pelo Fórum Parlamentar da SADC:

- i. Os Estados-Membros devem elaborar políticas e leis contra o estigma e a marginalização das raparigas adolescentes grávidas, das jovens mães e das mães solteiras;
- ii. Os Estados-Membros devem garantir que as mães solteiras e as jovens mães sejam incluídas na tomada de decisões e que lhes sejam dadas plataformas onde as suas vozes sejam ouvidas;
- iii. Criar e implementar leis que punam os homens irresponsáveis que engravidem raparigas e mulheres e depois as abandonam;
- iv. Necessidade de envolver os líderes comunitários na identificação e oposição a atitudes e práticas discriminatórias para abordagens positivas em relação a raparigas adolescentes grávidas, jovens mães e mães solteiras; e
- v. Introdução de programas de educação sobre SDSR nas comunidades rurais.

7.4 Declaração sobre o Desemprego dos Jovens, Estereótipos de Género e Assédio Sexual das Mulheres no Local de Trabalho pela Sra. Antsaniavo RAMELINIAINA - Deputada da Juventude da SADC

A Sra. Antsaniavo RAMELINIAINA partilha a situação de Madagáscar, indicando que o acesso ao emprego continua a ser desigual para as mulheres em Madagáscar. Os estereótipos de género contra as mulheres estão a limitar as suas oportunidades profissionais, uma vez que as mulheres estão frequentemente sub-representadas em sectores-chave como a política, a ciência e a tecnologia.

Além disso, as mulheres são vítimas de assédio sexual no seu local de trabalho, uma realidade relativa que contribui para criar um ambiente hostil e desencorajador para o seu desenvolvimento profissional.

Por conseguinte, a apresentadora fez as seguintes recomendações para resolver a situação:

- i. Necessidade de criar oportunidades de empreendedorismo para as mulheres, para que possam criar as suas próprias empresas, por exemplo, concedendo-lhes empréstimos; e
- ii. Criar leis para punir os autores de assédio sexual nos locais de trabalho.

7.5 Medidas para a Realização dos Direitos dos Jovens, especialmente das Raparigas Adolescentes, por Faith Thipe, UNITED.

A Comunicação foi apresentada durante a reunião por Ntombikayise Ncube em nome de Faith Thipe, que começou por elogiar os esforços feitos pela SADC através do Fórum Parlamentar da SADC para fazer avançar as questões de SDSR para a juventude, desenvolvendo a Lei Modelo da SADC sobre a Violência Baseada no Género (VBG) e a Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Protecção das Crianças que já estão em casamento.

A comunicação espelha, no entanto, preocupação com as consequências socioeconómicas pós-COVID-19 que foram agravadas pela existência sustentada de crises humanitárias complexas impulsionadas por conflitos e alterações climáticas. A situação resultou na redução do espaço fiscal e no aumento da austeridade, resultando directamente no aumento do desemprego na faixa juvenil e na diminuição do financiamento para a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR), incluindo iniciativas de VIH e SIDA em muitos Estados membros da SADC.

Neste sentido, a comunicação apresenta as seguintes recomendações para consideração do Fórum Parlamentar da SADC:

- i. O Fórum Parlamentar da SADC deve desenvolver um instrumento de Lei Modelo sobre o Protocolo da Juventude para abordar especificamente as questões críticas da participação, inclusão, capacitação e desenvolvimento da juventude.
- ii. Os Estados Membros da SADC devem acelerar a transposição da Lei Modelo da SADC sobre a Violência Baseada no Género nos seus regimentos jurídicos internos;
- iii. Os Estados-Membros devem promulgar leis ou reforçar a implementação das leis existentes contra os casamentos infantis para garantir que prevejam sanções mais duras na sociedade, a fim de erradicar estes actos flagrantes que violam os direitos das mulheres e das raparigas na esfera pública e privada;
- iv. Os Estados-Membros devem melhorar o acesso a cuidados de saúde de qualidade, assegurando a implementação acelerada do Compromisso Ministerial renovado para 2030 da África Oriental e Austral sobre Educação Sexual Abrangente (CSE), que fornece informações essenciais sobre SDSR para que os jovens dentro e fora da escola tomem decisões sustentadas cientificamente;
- v. Os países da SADC devem criar um ambiente propício e necessário que garanta que os jovens recebam educação, competências, financiamento inicial e financiamento para encorajar a participação dos jovens em empreendimentos empresariais e arranques inovadoras que possam fornecer soluções para os desafios da sociedade; e

- vi. Os Estados-Membros devem aumentar o financiamento interno para a prestação de produtos e serviços de SDSR, a fim de garantir uma afectação orçamental adequada e promover também um financiamento inovador que ajude a prestar serviços de saúde sexual e reprodutiva. O aumento do financiamento interno, em conformidade com a Declaração de Abuja, pode garantir o reforço da resiliência dos sistemas de saúde, que podem ser eficazes mesmo no contexto de pandemias e situações humanitárias na região.

7.6 Abordagem da VBG entre mulheres epilépticas por Tisungane Sitima, activista de género.

Na sua apresentação, Tisungane explica que as mulheres epilépticas são maioritariamente marginalizadas, desde as suas famílias até ao nível da comunidade em geral. Estas mulheres não se envolvem, ou não se envolvem totalmente, ou não se envolvem de todo no desenvolvimento da comunidade devido à sua deficiência. Como tal, enfrentam muita violência baseada no género nas suas comunidades, como a violação, o estigma e a discriminação, que, na maioria dos casos, não são denunciadas, uma vez que os perpetradores são os seus familiares ou pessoas que não conhecem. Por outro lado, as próprias vítimas não podem denunciar porque a maior parte delas tem problemas de fala ou não são suficientemente audíveis. Isto significa que não têm ninguém que fale por elas sempre que são vítimas.

Para fazer face aos desafios com que se deparam as mulheres com epilepsia, o documento apresentou recomendações para consideração pelo Fórum Parlamentar da SADC, algumas das quais são as seguintes

- i. Os Estados Membros da SADC devem garantir que as mulheres com epilepsia tenham acesso a serviços de saúde abrangentes e económicos, incluindo exames regulares, acesso a neurologistas e medicação a preços acessíveis, especialmente nas instalações de saúde financiadas pelo governo;
- ii. Os Estados-Membros devem assegurar que os seus governos realizem campanhas de sensibilização do público para educar as pessoas sobre a epilepsia, desfazendo mitos e reduzindo o estigma. Isto pode ajudar as mulheres com epilepsia a terem uma vida mais preenchida sem serem discriminadas;
- iii. Os governos devem atribuir fundos adequados para a investigação sobre a epilepsia, especialmente centrados na compreensão das questões específicas de género relacionadas com a epilepsia. Isto pode levar a melhores opções de tratamento e terapias adaptadas às necessidades das mulheres;
- iv. Os Estados-Membros devem criar e aplicar políticas e programas que ajudem as mulheres com epilepsia a prosseguir os estudos e a obter emprego, incluindo adaptações razoáveis no local de trabalho e acesso à formação profissional; e
- v. Os Estados-Membros, através dos respectivos parlamentos nacionais, devem promulgar leis anti discriminatórias que protejam as pessoas com epilepsia de um tratamento injusto na educação, no emprego e na habitação, de modo a garantir que as mulheres com epilepsia tenham oportunidades iguais e não lhes sejam negadas oportunidades devido à sua doença.

7.7 Desafios únicos (específicos) enfrentados pelas mulheres rurais e como podem ser colmatadas as lacunas digitais entre os géneros, apresentado por Edith Utete do Zimbábue, Co-Fundadora da Digital Wellness Africa

Na sua apresentação, Edith partilhou principalmente a situação do Zimbábue, em que as mulheres rurais no Zimbábue foram as que menos beneficiaram das iniciativas de digitalização, uma vez que enfrentam desafios únicos que perturbam o seu acesso a recursos e oportunidades digitais, alguns dos quais são conectividade limitada e fiável à Internet nas zonas rurais devido à falta de infra-estruturas adequadas, tais como fornecedores de serviços de Internet, laboratórios de informática ou centros tecnológicos; falta de competências e conhecimentos digitais; e normas tradicionais retrógradas em matéria de género, por exemplo, a crença de que a educação, a ciência e a tecnologia são para os homens e não para as mulheres e de que as mulheres devem ficar em casa e cuidar das suas famílias.

A fim de colmatar as lacunas digitais entre os géneros e capacitar as mulheres rurais, a apresentação propôs algumas estratégias a serem consideradas pelo Fórum Parlamentar da SADC, nomeadamente as seguintes:

- i. Os Estados Membros devem defender a melhoria da conectividade e das infra-estruturas da Internet nas zonas rurais. Os governos e as organizações não governamentais devem trabalhar em colaboração para expandir a conectividade à Internet nas zonas rurais, incluindo iniciativas como a construção de infra-estruturas, o fornecimento de subsídios para serviços de Internet ou a utilização de tecnologias inovadoras como a Internet por satélite;
- ii. Os governos devem desenvolver e implementar programas de formação em competências digitais especificamente dirigidos às mulheres rurais, fornecendo-lhes os conhecimentos e as competências necessárias para utilizarem eficazmente as tecnologias digitais na educação, na geração de rendimentos e no desenvolvimento da comunidade;
- iii. Os governos devem garantir que as mulheres rurais tenham acesso a dispositivos digitais a preços acessíveis, como smartphones, tablets ou computadores, que lhes permitam aceder a recursos e serviços *online*;
- iv. Os governos devem promover e apoiar as mulheres rurais na criação das suas próprias empresas digitais ou na utilização de plataformas digitais para a geração de rendimentos, proporcionando-lhes oportunidades económicas e independência financeira; e
- v. Os Estados-Membros devem realizar campanhas de sensibilização da comunidade para desafiar as normas tradicionais de género e promover a igualdade de género, fomentando um ambiente que incentive a participação e a liderança das mulheres na esfera digital. Envolver os líderes locais, as organizações de base comunitária e as instituições religiosas.

7.8 Questões Sociais de Género: Equidade educativa, parental e laboral por Luyana Canza Fernando, uma ativista de género de Angola

A apresentadora lamenta que crenças e valores culturais antigos na maioria dos países africanos tenham afectado negativamente o estatuto e o progresso das mulheres. Por exemplo, a crença em algumas culturas de que a educação é para os homens e não para as mulheres.

A proposta apela, por isso, aos Estados Membros da SADC para que revoguem as leis arcaicas que promovem as crenças socioculturais retrógradas que limitam as oportunidades de capacitação e progresso das mulheres.

7.9 Que estratégias podem ser implementadas para aumentar a participação e representação das mulheres nos processos políticos, incluindo sistemas eleitorais e quotas?

O RWPC recebeu duas comunicações sobre este tópico: uma da Sra. Patience Munyenembe, Ativista de Género e SDSR e Presidente do Parlamento Juvenil da SADC e a outra de Macdonald K. Munyoro - Defensora dos Direitos Humanos, Expectadora de Monitorização e Avaliação e Perita da Terceira Ronda de Monitorização do GPEDC.

Em suma, as propostas sugerem as seguintes estratégias para que os Estados-Membros consigam aumentar a participação e a representação das mulheres nos processos políticos:

- i. Eliminar os obstáculos estruturais e jurídicos que impedem a participação das mulheres na política e na tomada de decisões;
- ii. Oferecer programas de formação para as mulheres sobre os sistemas políticos, o direito das mulheres à participação e o seu papel na tomada de decisões;
- iii. Introduzir sistemas de quotas temporárias e percursos de liderança inclusivos e sensíveis ao género para ajudar a trazer as mulheres para as esferas políticas;
- iv. Promover as mulheres em funções de liderança e de tomada de decisões a todos os níveis;
- v. Apoiar a liderança das mulheres no local de trabalho através de uma maior inclusão em cargos executivos e nos conselhos de administração das empresas;
- vi. Apoiar organizações de base que desenvolvam a capacidade das mulheres para participarem individual e colectivamente na vida social, económica, política e pública.

7.10 Como pode o Parlamento contribuir para a promoção de agendas educativas inteligentes, por Memory Tapela Banda

Na sua intervenção, Memory define o termo "Educação Inteligente" como um aspecto que engloba competências de aprendizagem emocionais, sociais e cognitivas, incluindo a inteligência emocional e a auto-regulação.

O relatório sugere as seguintes formas de os deputados poderem contribuir para a promoção da educação inteligente dos estudantes:

- i. Envolvimento dos estudantes para os encorajar e motivar para o sucesso académico;
- ii. Proporcionar educação para a saúde e a sexualidade aos estudantes para que possam compreender questões como a higiene pessoal, a prevenção de doenças como as IST, as dinâmicas de género, etc;
- iii. Reforço das parcerias com as organizações da sociedade civil (OSC) em matéria de direitos de saúde sexual e reprodutiva;

- iv. Ensinar aos alunos competências para a vida, como a gestão do stress e a resistência à pressão negativa dos pares; e
- v. Fazer lóbi junto dos ministérios governamentais relevantes para estabelecer conselhos de bem-estar mental nas escolas.

8.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Após a recepção das contribuições da audiência pública, o RWPC:

TOMOU CONHECIMENTO do trabalho louvável que está a ser feito pelo Fórum Parlamentar da SADC no desenvolvimento da Lei Modelo da SADC sobre a Violência Baseada no Género (VBG) e da Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Protecção das Crianças que já estão no casamento para orientar os Estados Membros a incluírem nas suas leis nacionais as disposições que abordem os casos de violência baseada no género e os casamentos prematuros de crianças.

ANOTOU que o comércio transfronteiriço é uma pedra angular da actividade económica, contribuindo significativamente para a subsistência de inúmeras mulheres na região da SADC. No entanto, o RWPC registou com preocupação a miríade de desafios enfrentados pelas mulheres envolvidas no comércio transfronteiriço informal e o impacto destes nos seus direitos humanos.

ESTÁ AINDA PREOCUPADO com os desafios únicos e numerosos que as mulheres rurais enfrentam no acesso às tecnologias digitais e com o fosso digital entre os géneros.

ESTÁ ALARMADO com o aumento dos casos de violência baseada no género contra as mulheres epiléticas, como a violação, a discriminação e o estigma.

ESTÁ CHOCADO com os relatos de casos crescentes de violência baseada no género perpetrados contra mulheres epiléticas nas suas comunidades, como a violação, o estigma e a discriminação, mas esses casos não são denunciados.

ESTÁ PREOCUPADO com os baixos níveis de participação e representação das mulheres na política e na tomada de decisões.

PREOCUPADO com os relatos de que as crenças e valores tradicionais em certas sociedades continuam a impedir a participação das mulheres nas actividades de desenvolvimento.

ESTÁ AINDA PREOCUPADO com as revelações de que casos de assédio sexual no local de trabalho contra as mulheres ainda estão a ocorrer em certas áreas, como o caso de Madagáscar, que criam um ambiente hostil e desencorajador para as mulheres para o seu desenvolvimento profissional;

AGORA, PORTANTO, o RWPC resolveu recomendar à 54^a Assembleia Plenária o seguinte:

- 1) **Resolver** que o Fórum Parlamentar da SADC deve desenvolver uma Lei Modelo sobre o Protocolo da Juventude como um instrumento para

orientar os Estados Membros na abordagem de questões críticas da participação, inclusão, capacitação e desenvolvimento da juventude.

- 2) **Exortar** os Estados-Membros a conceberem mecanismos para colmatar as lacunas digitais de género e capacitar as mulheres rurais, entre outros: defendendo a melhoria da conectividade e das infra-estruturas da Internet nas zonas rurais; fornecendo subsídios ou empréstimos às zonas rurais para lhes permitir adquirir dispositivos digitais a preços acessíveis, tais como smartphones, tablets ou computadores, permitindo-lhes aceder a recursos e serviços em linha; organizando programas de formação em competências digitais especificamente para as mulheres rurais, a fim de lhes permitir utilizar eficazmente as tecnologias digitais;
- 3) **Apelar** aos Estados Membros para que encontrem meios de enfrentar os desafios encontrados pelas mulheres epiléticas, entre outros:
 - promulgando leis anti-discriminação que protejam as mulheres epiléticas de todas as formas de violência baseada no género, para que tenham oportunidades iguais e não lhes sejam negadas oportunidades devido à sua condição em áreas como a educação, o emprego, a formação profissional; e
 - garantir que as mulheres com epilepsia tenham acesso a serviços de saúde abrangentes e a preços acessíveis, incluindo medicamentos a preços acessíveis, especialmente nas unidades de saúde financiadas pelo Estado;
- 4) **Exortar** os Estados-Membros a conceberem mecanismos que promovam a participação das mulheres na política e na tomada de decisões, nomeadamente:
 - Eliminando todas as barreiras estruturais, jurídicas e sociais que impedem a participação das mulheres na política e na tomada de decisões;
 - organizando programas de formação personalizados para as mulheres sobre os sistemas políticos e o direito das mulheres à participação e ao papel na tomada de decisões;
 - introduzir sistemas de quotas e percursos de liderança inclusivos e sensíveis ao género para ajudar a trazer as mulheres para as esferas políticas;
 - a adopção de políticas deliberadas para promover as mulheres em cargos de liderança e de tomada de decisões a todos os níveis; e
- 5) Apelar aos Estados-Membros para que emitam directivas a todas as instituições de emprego nos seus respectivos países para que desenvolvam políticas no local de trabalho contra o assédio sexual das mulheres. Em última análise, criar leis com punições ou sanções severas contra os autores de assédio sexual nos locais de trabalho.

9.0 CONCLUSÃO

A Sessão de Audiência Pública de 2023 para o RWPC foi um sucesso. O RWPC gostaria, portanto, de agradecer a todas as partes interessadas que

participaram nas actividades, especialmente às instituições e indivíduos que apresentaram as suas propostas à Bancada.

O RWPC gostaria também de agradecer a Secretária-Geral e a todo o pessoal do Fórum Parlamentar da SADC por organizarem e facilitarem as Audiências Públicas de uma forma profissional e por prestarem aconselhamento técnico à Bancada.

O RWPC espera que as recomendações contidas no seu relatório sejam adoptadas pela 54^a Assembleia Plenária sem reservas.

Sua Exc. Regina ESPARON
PRESIDENTE

Sr. Joseph MANZI
SECRETÁRIO DA COMISSÃO

10.0 ANEXOS

APÊNDICE 1 - CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS DAS PARTES INTERESSADAS

N.º de Série	Título da Apresentação	Instituição/Indivíduo que apresentou a proposta
1.	Abordar os Desafios dos Direitos Humanos das Mulheres no Comércio Transfronteiriço Informal	Amnistia Internacional Gabinete Regional Leste e Sul joan.stott@amnesty.org
2.	Abordar os desafios enfrentados pelas mulheres rurais no acesso à tecnologia digital e o fosso digital entre os géneros-	Elly Justine, Tanzania, Email: elljust34@gmail.com
3.	Combater a discriminação e o estigma entre mulheres, raparigas adolescentes grávidas, jovens e mães solteiras	Venia Vimbai Awali Bakali, Fundadora e Directora da Organização Single Mother Empowerment, Malawi, Email: smeorgdirector@gmail.com
4.	Declaração sobre o desemprego dos jovens, os estereótipos de género e o assédio sexual das mulheres no local de trabalho	-Sua Exc. Antsaniavo RAMELINIAINA Juventude Parlamentar SADC, Email: antsaniavo.emergence@gmail.com
5.	Medidas para a Realização dos Direitos dos Jovens, Especialmente das Raparigas Adolescentes -	Faith Thipe, UNITED < ftthipe@yplusglobal.org >.
6.	Abordar a VBG Entre as Mulheres com Epilepsia	Activista de Género Tisungane Sitima, Activista de Género, Email: sitimatisu@gmail.com ; Telemóvel: +265999516495
7.	Que desafios únicos enfrentam as mulheres rurais e como podem ser colmatadas as lacunas digitais entre os géneros?	Edith Utete, co-fundadora da Digital Wellness Africa, Email: edithutete@gmail.com
8.	Pare de Criar Desafios. Comece a Criar Soluções: Mulheres jovens e cuidados de saúde de qualidade	Ng'andwe Ngandwe, Jovem, Fundo Fiduciário SDSR África(SAT)
9.	Questões sociais de género: Equidade educativa, parental e laboral	Luyana Canza Fernando luyanafernando@gmail.com , Activista de Género, Angola
10.	Um Mundo Mais Seguro para Todos: Tornar reais as	Michelle Mutogo, Jovem, Fundo Fiduciário SDSR África (SAT)

	promessas anti-VBG nos Estados Membros	
11.	A educação precisa de alunas saudáveis: As escolas como locais de saúde das raparigas	Tinotenda Patience Mutsetse, Jovem
12.	Não deixar nenhuma mulher para trás: As Mulheres Rurais e a Desigualdade	Loveness Mudzuru, Jovem, Fundo Fiduciário SDSR África(SAT)
13.	Que estratégias podem ser implementadas para aumentar a participação e representação das mulheres nos processos políticos, incluindo sistemas eleitorais e quotas?	Sra. Patience Munyenyembe munyenyembepeshy@gmail.com , Ativista de Género e SDSR e Presidente do Parlamento dos Jovens da SADC
14.	Políticas e estruturas sensíveis ao género para garantir a participação efectiva das mulheres	Macdonald K. Munyoro, investigador, escritor, defensor dos direitos humanos, especialista em monitorização e avaliação e perito da terceira ronda de monitorização do GPEDC
15.	Um Parlamento de Homens da África Austral? Os sistemas são importantes para a igualdade de género	Goitsemolimo Ditsele, Jovem, Fundo Fiduciário SDSR África(SAT)
16.	Como é que o Parlamento pode contribuir para a promoção de agendas de educação inteligentes	Memory Tapela Banda Email: memorytapelabanda99@gmail.com

ANEXO 2 - LISTA DO SECRETARIADO DO FP SADC

1. Sra. Boemo Sekgoma, Secretaria Geral
2. Sr. Joseph Manzi– Director, Negócios e Programas Parlamentares
3. Sr. Sheuneni Kurasha, Gestor do Programa - (DGHR)
4. Sr. Ronald Wandwaai - Oficial de TIC
5. Paulina Kanguatjivi - Assistente de Procedimentos e Coordenadora
6. Sr. Gerald Kampani – Moderador